



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva

Pedido de providências nº 0003248-18.2011.2.00.0000

Relator : CONSELHEIRO WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Requerente(s) : CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SERRA (ES)
Requerido(s) : JUÍZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRA (ES)
JUÍZO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRA (ES)

ACÓRDÃO

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRA. OFÍCIO CIRCULAR AOS CONSELHOS TUTELARES. ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL. IMEDIATA COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA. LEGALIDADE. LEI Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1. Pretensão de que o Conselho Nacional de Justiça desconstitua determinação das varas de infância e juventude da Comarca de Serra, formalizada em ofício circular, segundo o qual a medida de acolhimento institucional, mesmo em casos de urgência ou emergência, não pode ser adotada pelos conselhos tutelares do município sem prévia autorização judicial.

2. Não há determinação no ato impugnado que condicione o acolhimento institucional em casos emergenciais à prévia autorização judicial. Observa-se, pelo contrário, o acerto de suas disposições no sentido de garantir o conhecimento imediato, pela autoridade judiciária, da existência de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade. Exigência decorrente do art. 101, VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, na redação da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.

3. O ofício é compatível com os preceitos do ECA, traz interpretação harmonizada com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente e, ainda, favorece a boa administração do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), implantado pelo CNJ com vistas a proporcionar a exata definição das condições de atendimento e do número de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, para implementar políticas públicas voltadas a fim de que tal permanência ocorra apenas em caráter transitório e excepcional.

Improcedência do pedido.



RELATÓRIO

Trata-se de pedido de providências (PP) formulado pelo CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA SERRA (ES), para que este Conselho Nacional de Justiça desconstitua determinação das magistradas titulares das Varas de Infância e Juventude da Comarca de Serra, formalizada no ofício circular JIJUS nº 313/2010 (ReqInic3), segundo o qual a medida de acolhimento institucional, mesmo em casos de urgência ou emergência, não pode ser adotada pelos conselhos tutelares do município sem prévia autorização judicial.

Sustentam os requerentes que a legislação de proteção à infância e à juventude não exige autorização judicial prévia como condição para o acolhimento institucional do menor em situação de emergência ou urgência, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Portanto, a medida causaria “sérios transtornos na execução dos trabalhos dos Conselhos, principalmente no que se refere ao plantão noturno, quando os Conselheiros de plantão são acionados para atendimento de denúncias ou chamados pelos órgãos policiais e se deparam com crianças e adolescentes em situação de emergência”. Nesses casos, os conselheiros de plantão, por força da determinação impugnada, “são obrigados a se deslocar ao Juizado da infância (durante o dia) ou ao Tribunal de Justiça do Estado, na capital Vitória (durante toda a noite) para requerer autorização do juiz de plantão” (ReqInic5, fls. 4-5).

Os Juízos da 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude da Comarca de Serra manifestaram-se sustentando que o acolhimento institucional de criança e adolescente somente poderá ocorrer por determinação judicial, mesmo em caso de urgência, com fundamento no artigo 101, inciso IX, § 2º, do ECA (Ofic13 e ReqInic17). A magistrada titular da 2ª Vara ressalta que após a edição da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, a aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional é de exclusividade do juiz da infância e juventude e não pode ser determinada pelo conselho tutelar. Cita irregularidades praticadas por conselheiros tutelares e junta documentação comprobatória dos processos judiciais a que se referem.

A Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo informou que a Resolução TJES nº 29/2010, que dispõe sobre o plantão judiciário, estabelece a possibilidade de adoção de medida cautelar ou antecipatória de efeito de tutela relativa ao juizado da infância e juventude. Ressalta que, não obstante, sugeriu à coordenadoria da infância e juventude promover reunião com os juízes para tratar do assunto para que, caso necessário, se expeça regulamentação no órgão (Inf27).

O procedimento veio-me por redistribuição, nos termos do artigo 24, inciso IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, devido ao término do mandato do ilustre Conselheiro José Adonis.

É o relatório.



VOTO

Pretende o requerente a desconstituição de determinação das magistradas titulares das Varas de Infância e Juventude da Comarca de Serra, formalizada no ofício circular JIJUS nº 313/2010, segundo o qual a medida de acolhimento institucional, mesmo em casos de urgência ou emergência, não pode ser adotada pelos conselhos tutelares do município sem prévia autorização judicial.

O ofício circular possui o seguinte teor (ReqInic6, *sic*, destaques no original):

Prezado(a) Senhor (a),

Vimos pelo presente apresentar a Vossa Senhoria o **Fluxograma de Atendimento à Crianças e Adolescentes que necessitam de Acolhimento Institucional**, definido pela 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude da Serra, com o objetivo de agilizar e organizar a demanda existente.

Gostaríamos de enfatizar que o **acolhimento institucional** constitui **medida excepcional**, somente devendo ser utilizada após **esgotadas todas as possibilidades de manutenção da criança/adolescente na família de origem e/ou família extensa**, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

FLUXOGRAMA:

O conselheiro tutelar que estiver acompanhando a criança/adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal ou social, deverá dirigir-se ao Juizado da Infância e Juventude munido de relatório descritivo, constando informações sobre a situação que gerou o afastamento da criança/adolescente do convívio familiar, seus dados de identificação, endereço dos pais ou responsáveis e as alternativas empreendidas por parte do conselheiro tutelar responsável, para evitar o acolhimento institucional.

No Juizado, o conselheiro tutelar deverá dirigir-se à recepção (Ana Paula ou Marcelo), para ser encaminhado ao assistente social de plantão, que procederá a avaliação da situação apresentada. Constatada a necessidade de acolhimento institucional, o assistente social emitirá a Guia de Acolhimento com parecer técnico, encaminhando de imediato para apreciação e decisão do Juiz da Infância e Juventude.

Caso seja deferido o acolhimento institucional, o conselheiro tutelar deverá acompanhar a criança/adolescente até a entidade de acolhimento, munido de uma via da Guia de Acolhimento.

A controvérsia cinge-se à compatibilidade do ofício com as disposições do artigo 93 e do art. 101, § 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prescrevem (sem destaque no original):

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes **sem prévia determinação da autoridade competente**, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as



medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer razão não for isso possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

[...]

§ 2º. **Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária** e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Analisando-se detidamente o ofício, nele não se vislumbra disposição específica que condicione o acolhimento institucional em casos emergenciais à prévia autorização judicial. Observa-se, pelo contrário, o acerto de suas orientação no sentido de garantir o conhecimento imediato, pela **autoridade judiciária**, da existência de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade.

Segundo a doutrina especializada, ainda que em situações extremas e excepcionais, o acolhimento de criança ou adolescente deve ser comunicado incontinenti à autoridade judiciária, ou, na impossibilidade de fazê-lo, no prazo máximo de 24 horas. Tal procedimento possibilita a aferição rápida da legalidade da medida adotada pelo conselho tutelar e, quando necessário, antecipa a deflagração do procedimento judicial contencioso adequado. Acerca do tema, valho-me das corretas considerações do Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo¹ (sem destaque no original):

De fato, como é possível constatar da análise do disposto nos arts. 101, § 2º e 136, par. único, da Lei nº 8.069/90, o Conselho Tutelar somente está legalmente autorizado a aplicar a medida protetiva de acolhimento institucional quando constatada a falta dos pais (art. 98, inciso II, primeira parte, da Lei nº 8.069/90), ou em situações extremas e emergenciais (o chamado “flagrante de vitimização”), devendo em qualquer caso, comunicar o fato à autoridade judiciária em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após o acolhimento institucional [Por analogia ao disposto no art. 93, *caput*, da Lei nº 8.069/90]

[...]

Caso necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que de forma transitória, cabe ao Conselho Tutelar, usando da atribuição prevista no art. 136, inciso XI e par. único, da Lei nº 8.069/90, acionar o Ministério Público, para que seja instaurado, formal e regularmente, procedimento judicial contencioso

¹ DIGIÁCOMO, Murillo José. **O conselho tutelar e a medida de acolhimento institucional**. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <<http://migre.me/5CGn8>> ou <<http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/OConselhoTutelareamedidadeabrigamento.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2011.



neste sentido, até porque, do contrário, os pais ou responsável seriam sumária e arbitrariamente privados do convívio de seus filhos (e estes de seus pais), por mera decisão administrativa de um órgão que, por lei, não está autorizado a tomar medidas desta natureza e com tão drásticas consequências.

Mesmo diante de situações extremas e excepcionais [Como na hipótese de ter a criança ou o adolescente sido vítima de abuso ou maus-tratos por parte de seus pais ou responsável, não sendo recomendável seu retorno ao lar], portanto, nas quais, apesar de todo arcabouço jurídico acima referido, destinado a privilegiar a manutenção, o quanto possível, da criança ou adolescente em companhia de sua família natural, a tomada de tão drástica decisão – não apenas por questões técnico-jurídicas, mas também, repita-se, dadas suas implicações e consequências – não fica a cargo do Conselho Tutelar, mas sim é também de competência exclusiva da autoridade judiciária.

Uma das hipóteses em que isto pode ocorrer na prática é prevista pelo art. 130 da Lei nº 8.069/90: “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, A AUTORIDADE JUDICIÁRIA poderá determinar, como medida cautelar, o AFASTAMENTO DO AGRESSOR da moradia comum” (grifei).

Mais uma vez, portanto, privilegia a lei a manutenção da criança ou adolescente em sua família de origem, determinando, como providência primeira a ser tentada, o afastamento cautelar não do vitimizado (o que consistiria em mais uma violência contra ele), mas sim do vitimizador, que dependendo a situação pode mesmo ter sua custódia decretada, o que necessariamente ocorrer por intermédio de determinação (ordem) judicial específica e expressa, em sede de procedimento judicial contencioso.

Isto obviamente não significa que o Conselho Tutelar fica impossibilitado de “resgatar” e encaminhar para local seguro (ainda que seja este uma entidade de acolhimento institucional), uma criança ou adolescente vitimizado em situação que, por sua gravidade e circunstâncias, claramente não recomende seu imediato retorno ao lar, até porque isto, a depender do caso, constitui-se numa verdadeira obrigação de todo cidadão, *ex vi* do disposto no art. 227, *caput* da Constituição Federal e arts. 4º, *caput*, 5º, 18 e 70, todos da Lei nº 8.069/90.

O que não se admite é que o Conselho Tutelar, logo após promover o mencionado “resgate” da criança ou adolescente vitimizado(a), deixe de comunicar oficialmente o fato à autoridade judiciária (ou Ministério Público), para que sejam tomadas as medidas judiciais que se fizerem necessárias para aferição do cabimento de tal solução extrema e sua eventual regularização, seja com a determinação do afastamento do agressor da moradia comum, com o retorno da criança ou adolescente à companhia de seus demais familiares (providência que será sempre preferencial, como fica claro da leitura dos arts. 19, § 3º e 93, par. único, da Lei nº 8.069/90), seja no sentido da aplicação das medidas previstas no art. 101, inciso VIII e/ou art. 129, incisos VIII a X, todos da Lei nº 8.069/90 (*ex vi* do disposto no art. 93, par. único, do mesmo Diploma Legal). A aludida comunicação deve ser incontinenti ao “resgate”, de preferência com a apresentação da criança ou adolescente diretamente à autoridade judiciária, inclusive para que seja o caso desde logo submetido a uma avaliação técnica por intermédio da equipe interprofissional que, na forma do disposto nos arts. 150 e 151, da Lei nº 8.069/90, deve estar a serviço do Juizado da Infância e da Juventude. Em última instância, caso por qualquer razão não seja possível a comunicação imediata, deverá ser obrigatoriamente efetuada no prazo máximo que o art. 93, da Lei nº 8.069/90,



estabelece para o acolhimento institucional efetuado diretamente pelas entidades que executam tal programa, sempre na perspectiva de impedir que a medida subsista de forma isolada e se perpetue no tempo.

Caso a autoridade judiciária, após comunicada, entenda de fato necessário o afastamento da criança ou adolescente da companhia de sua família de origem, seja temporária ou definitivamente, deverá então acionar o Ministério Público para propositura da demanda judicial respectiva (destituição de guarda ou tutela, suspensão ou destituição do poder familiar), verificando desde logo a possibilidade de encaminhá-la, no curso do procedimento respectivo, de preferência a parentes ou a famílias integrantes de programas de acolhimento sob forma de guarda ou de acolhimento familiar, tal qual previsto nos citados art. 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 e art. 227, § 3º, inciso VI da Constituição Federal (de modo a garantir a continuidade do exercício, pelo vitimizado, de seu direito fundamental à convivência familiar), para somente então, na inexistência ou inviabilidade dessa alternativa, se falar em acolhimento institucional.

Esse verdadeiro “resgate social”, repita-se, deve ser manejado apenas em situações extremas, em caráter emergencial, diante de gravíssimo e iminente risco em que se encontre a criança ou adolescente, de modo a não causar-lhes um mal maior, decorrente do precipitado e indevido afastamento do convívio familiar.

Interessante mencionar que, sem a formalização do afastamento da criança ou adolescente do convívio de seus pais ou responsável, mediante determinação judicial específica, poderão estes, usando da prerrogativa que sua situação de pais, tutores ou guardiães lhes confere, ingressar em Juízo com pedido de busca e apreensão para reavê-los, tornando assim inócua a medida aplicada, de forma isolada – e em tal caso arbitrária, pelo Conselho Tutelar.

[...]

Em suma, podemos extrair da exposição supra as seguintes conclusões:

1 – A medida de acolhimento institucional, por atentatória ao regular exercício do direito fundamental à convivência familiar assegurado a toda criança ou adolescente com a mais absoluta prioridade, jamais pode ser vista ou se constituir numa “solução” para a situação de risco em que aquelas se encontrem, devendo ser providência excepcional e eminentemente transitória que, conforme o caso, deverá ser precedida ou acompanhada da formalização do afastamento da família de origem, mediante ordem judicial emitida em procedimento judicial contencioso, com imediata verificação da possibilidade de seu encaminhamento a família substituta, também por intermédio de ordem e procedimento judicial específicos, não podendo, portanto, ser aplicada de forma isolada e/ou se perpetuar no tempo sem maiores desdobramentos ou conseqüências;

2 – O Conselho Tutelar não pode (nem deve, até mesmo por questões ideológicas e de princípios), aplicar a medida de acolhimento institucional quando isto importe na retirada da criança ou adolescente da companhia de seus pais ou responsável, pois toda e qualquer intervenção do órgão deve ser dirigida à manutenção da integridade familiar, que se dará através da aplicação de medidas do art. 101 e, em especial, art. 129, ambos da Lei nº 8.069/90 (com o encaminhamento a programas específicos previstos no art.90, incisos I e II, da Lei nº 8.069/90 e Lei nº 8.742/93), que visem a promoção social da família e o fortalecimento dos vínculos familiares;

3 – Em situações extremas e de comprovada urgência, admite-se, em caráter excepcional, a retirada da criança ou adolescente da companhia de seus pais ou responsável e encaminhamento a entidade que desenvolva programa de



acolhimento institucional, outro programa ou estrutura eventualmente existente que se destine precipuamente a atender vitimizados, porém por analogia ao contido no art. 93 da Lei nº 8.069/90, será necessária a comunicação incontinenti do fato à autoridade judiciária competente, o que servirá para que possa desde logo ser aferida a legalidade da medida e, se for o caso, determinar a deflagração de procedimento judicial contencioso com vista à destituição da guarda ou tutela, suspensão ou destituição do poder familiar ou outro procedimento contencioso que se mostre adequado (valendo observar o disposto nos arts. 153, par. único c/c 212, da Lei nº 8.069/90), com a possibilidade de eventual aplicação, em qualquer caso, do disposto no art. 130, da Lei nº 8.069/90;

4 – Resgatada a criança ou adolescente e encaminhada a entidade que desenvolva programa de acolhimento institucional ou a alguma família acolhedora, paralelamente à apuração de eventual infração penal ou administrativa (que deve ocorrer via polícia judiciária e Juizado da Infância e Juventude, respectivamente), deve o Conselho Tutelar desde logo aplicar À FAMÍLIA de origem do infante ou jovem medidas do art. 129 da Lei nº 8.069/90, que a permitam, da forma mais célere possível, novamente receber em seu seio aquele integrante que foi afastado;

5 – Caso comprovadamente impossível a reintegração familiar, decisão esta que cabe UNICAMENTE à autoridade judiciária, devidamente embasada em pareceres técnicos idôneos, elaborados por equipe interprofissional a serviço do Juizado da Infância e Juventude (ou solicitada junto à municipalidade), deverá ser então deflagrado, via Ministério Público ou outro legitimado, procedimento específico com vista à destituição do poder familiar (cf. arts. 155 a 163, da Lei nº 8.069/90), com a conseqüente aplicação da medida protetiva de colocação em família substituta, prevista no art. 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/90, que mais uma vez é de competência exclusiva da autoridade judiciária (cf. arts. 165 a 170, da Lei nº 8.069/90);

6 – Em qualquer hipótese, não pode o Conselho Tutelar tomar qualquer medida que importe em modificação de guarda e/ou colocação de criança ou adolescente em família substituta, não lhe sendo lícito, por exemplo, retirar a criança da guarda (posse) de um dos pais e colocá-la sob a guarda do outro, sair à “procura” de pessoa ou família interessada em assumir a guarda ou mesmo adotar criança ou adolescente, ainda que os pais consentam com tal medida etc.

No mesmo sentido, são as corretas ponderações do Juiz de Direito Eduardo Rezende de Melo² (sem destaque no original):

O acolhimento de crianças e adolescentes só pode ser feito pela autoridade judiciária. Esta é a regra que se extrai do art. 1º, § 1º, da Lei 12.010/2009, ao estabelecer que a criança e o adolescente só não permanecerão com a família natural por ‘absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada’. A mesma conclusão, como veremos extrai-se do art. 101, §§ 2º e 3º, do ECA.

O Estatuto, no entanto, prevê casos excepcionais à tomada de providências pela autoridade judiciária. Esta excepcionalidade não afasta, contudo, o critério, maior: a criança ou o adolescente só será afastado da família em caso de absoluta impossibilidade.

A primeira ressalva, estatuída no art. 136, inc. I, do Estatuto, é a possibilidade de o Conselho Tutelar, ao atender crianças e adolescentes, aplicar as medidas previstas

² MELO, Eduardo Rezende *et alii*. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 395-6, nota ao art. 93.



no art. 101, I a VII, incluindo, portanto, o acolhimento institucional, embora apenas nas hipóteses do art. 101, § 2º, ou seja, em casos de violência ou abuso sexual.

A segunda ressalva é deste art. 93. Portanto, os programas de acolhimento só poderão acolher crianças e adolescentes observados os seguintes critérios:

1. Há absoluta impossibilidade de permanência da criança ou do adolescente com a sua família natural ou extensa, observados os princípios do art. 101, parágrafo único, e os direitos sociais que as famílias naturais e extensas devem ter assegurados, inclusive pelas medidas do art. 129 do Estatuto.

2. A autoridade judiciária não pode atender o caso, a despeito da obrigação, pelo art. 88, VI, do Estatuto, de integração operacional com o programa, inclusive em regime de plantão, como determina o art. 145 do ECA.

3. O Conselho Tutelar não pode atender o caso supletivamente à autoridade judiciária, ainda que atuando em regime de plantão e em se tratando das hipóteses do art. 101, § 2º, do ECA. Frise-se que, mesmo sendo possível o atendimento pelo Conselho Tutelar, incumbe-lhe, antes de tudo, o cumprimento de sua obrigação prevista no art. 136, parágrafo único, do ECA, requisitando serviços de orientação, apoio e promoção social da família. Se, após estas providências, ainda houver situação de vulnerabilidade, o Conselho Tutelar deve representar ao Ministério Público para afastamento da criança ou do adolescente da família, tanto mais assim deverá ocorrer em casos nos quais o programa pudesse agir autonomamente. Não havendo tais possibilidades, então poderia determinar o acolhimento.

4. O caso é de urgência, nas hipóteses do art. 101, § 2º, do ECA, de violência ou abuso. Se apenas nestas situações é possível o acolhimento sem autorização judicial, não se abre permissão legal para o acolhimento pelo programa em situação diversa.

Estes critérios ditam a quádrupla excepcionalidade da medida quanto à legitimação do programa de acolhimento de receber criança ou adolescente.

Portanto, com a edição da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que, entre outras providências, alterou o ECA, o acolhimento institucional passou a depender de decisão judicial, por força da nova redação do art. 101, VII e VIII, do Estatuto, nestes termos:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – acolhimento institucional;

VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;



IX – colocação em família substituta.

Nesse contexto, o ofício impugnado é compatível com os preceitos do ECA, traz interpretação harmonizada com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente e favorece a boa administração do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), implantado pelo CNJ com vistas a proporcionar a exata definição das condições de atendimento e do número de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, para implementar políticas públicas voltadas a fim de que tal permanência ocorra apenas em caráter transitório e excepcional.³

A interpretação acima exposta da lei não afeta em nada a autonomia dos conselhos tutelares, uma vez que se trata de manifestação da reserva de jurisdição, comum em vários campos do Direito, quando a medida almejada pela parte ou instituição interessada possa afetar determinados direitos fundamentais ou valores especialmente protegidos pelo ordenamento jurídico.

No que tange aos transtornos causados aos conselhos, o caminho deve ser o melhor aparelhamento do Poder Judiciário, inclusive durante os plantões, para dar pronta análise aos casos que lhe submetam essas e as demais entidades e órgãos competentes para concretizar o princípio da proteção integral. Nesse ponto, aliás, assiste plena razão à Juíza de Direito GLADYS HENRIQUE PINHEIRO, em informação neste processo (evento 12, Inf14), quanto à necessidade de os juízes plantonistas apreciarem tais demandas urgentes, ainda que a elas não fizesse referência o ato do Tribunal de Justiça capixaba que regulamente o plantão. Não faz sentido que uma situação urgente cuja apreciação precise ser feita pelo Poder Judiciário fique sem solução porque um ato formal sobre o plantão tenha deixado de fazer referência expressa àquela espécie de processo. De qualquer modo, nem parece ser esse o caso, uma vez que, segundo informação do TJ, sua Resolução nº 29, de 22 de abril de 2010, prevê competência do plantão judiciário para tais demandas, no art. 4º, alínea f (evento 18, Inf27, e evento 19, Inf28).

Em face do exposto, julgo improcedente o pedido.

É como voto.

Intimem-se. Em seguida, arquivem-se, independentemente de nova conclusão.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro Relator

³ Informações sobre o cadastro disponíveis em: <<http://migre.me/5CGmK>>. O cadastro foi criado pela Resolução nº 93, de 27 de outubro de 2009 (disponível em: <<http://migre.me/5CGkL>>), que alterou a Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008 (disponível em: <<http://migre.me/5CGIM>>), a qual, por sua vez, criou o Cadastro Nacional de Adoção.